

## “Flores tóxicas da noite”: uma análise da prostituição em Belém durante a ditadura militar-civil (1970-1976)

“Toxic flowers at night”: an analysis of prostitution in Belém during the military- civil dictatorship (1970-1976)

Jhenifer Denise Souza da Silva\*

### Resumo

No presente artigo investiga-se sobre práticas de censura contra prostitutas na cidade de Belém/PA, que atuavam na chamada “zona do meretrício”, e nos bairros periféricos, a partir de notícias do jornal A Província do Pará, no período de 1970 a 1976. O estudo baseia-se em análise interseccional de gênero e classe. Objetiva-se entender a repressão sofrida por mulheres adultas e até mesmo crianças e adolescentes exploradas na capital paraense. A partir da análise do referido jornal, intuindo construir uma perspectiva de quem são essas mulheres que acabavam por se prostituir e serem, conseqüentemente, perseguidas pelo Estado. Parte-se do pressuposto que o debate de gênero não deve se desvincular da discussão de classe. A pesquisa busca evidenciar tais narrativas, na década de 1970, a partir do discurso jornalístico.

Palavras-chave: Prostituição; Ditadura Militar-Civil; Gênero.

### Abstract

This article investigates censorship practices against prostitutes in the city of Belém/PA, who worked in the so-called “meretrício zone”, and in the peripheral neighborhoods, based on news from the newspaper A Província do Pará, in the period from 1970 to 1976. The study is based on intersectional analysis of gender and class. The objective is to understand the repression suffered by adult women and even children and adolescents exploited in the capital of Pará. From the analysis of that newspaper, intending to build a perspective of who these women are who ended up prostituting themselves and, consequently, being persecuted by the State. It is assumed that the gender debate should not be separated from the class discussion. The research seeks to evidence such narratives, in the 1970s, from the journalistic discourse.

Keywords: Prostitution; Military-Civil Dictatorship; Gender.

\* E-mail: souzajhenifer1997@gmail.com

## Introdução

Nos últimos anos da década de 1960 até meados da década de 1970, o Brasil vivia seu período de “milagre econômico”, ao mesmo tempo que passava pelo mais cruel sistema de repressão vivido pelo país, por conta da promulgação do AI-5<sup>1</sup>. A década de 1970 foi marcada por inúmeros conflitos, censuras e intensa repressão direcionada a diversos setores da sociedade durante a chamada ditadura militar. Não à toa, esse período é entendido como o auge da ditadura, os “anos de chumbo” no Brasil. Essas práticas censórias se davam em torno do que era considerado subversivo pelos defensores da “moral e bons costumes” durante o período aqui analisado (SILVA, 2016, p.64).

No presente artigo, enfocarei nas práticas de censura sobre mulheres prostitutas na cidade de Belém do Pará, especificamente as que atuavam na chamada “zona do meretrício”, localizado no centro da cidade e nos bairros periféricos, a partir das notícias do jornal *A Província do Pará*<sup>2</sup>. O estudo baseia-se em análise interseccional de gênero e classe objetivando expor a repressão sofrida por mulheres prostitutas da capital paraense a partir da análise do referido jornal, intuindo construir uma perspectiva de quem são essas mulheres que acabavam por se prostituir e serem, conseqüentemente, perseguidas pelo Estado.

Inicialmente, opto por explicitar os conceitos utilizados ao longo do texto compactuando com a perspectiva do historiador Pere Petit de “golpe militar-civil”, porque fora um golpe no qual os militares obtiveram apoio de diversos estratos da sociedade civil e, a partir de uma hierarquia de dominação, foram os setores militares que controlaram em todo o período do regime as mais importantes instituições do país. (PETIT, 2014, p.181).

Em seguida, parto para a discussão historiográfica em torno da História das Mulheres, pois estas durante muito tempo não foram consideradas sujeitos da História e, como mulher, tenho como principal objetivo evidenciar nossas narrativas. Também debruçarei sobre as categorias de análise de gênero e classe, partindo do pressuposto que o debate de gênero não deve se desvencilhar da discussão de raça e classe num debate de opressão, usando como aporte teórico Joan Scott. No entanto, saliento que minhas fontes ainda não me dão munição para discutir a questão de raça dentro desta pesquisa.

---

<sup>1</sup>. Ato Institucional n° 5 emitido em dezembro de 1968 durante o governo do então presidente Arthur da Costa e Silva, que dava permissão ao presidente de fechar o Congresso Nacional e Assembleias Legislativas, assim como permitia censuras prévias a tudo que fosse considerado subversivo à moral e bons costumes e opositor ao governo.

<sup>2</sup>. “Fundado em 25 de março de 1876 por Joaquim José de Assis (redator), Francisco de Souza Cerqueira (tipógrafo) e Antônio Lemos (redator-gerente) (...) foi publicada por mais de 100 anos, aproximadamente” (CORRÊA; CLAUDINO; COSTA, 2007, p. 7-8).

## Metodologia

Para a realização deste trabalho optei pela utilização de fontes impressas. A escolhida foi o periódico *A Província do Pará*<sup>3</sup>, fundado em março de 1876 e circulou diariamente por 125 anos<sup>4</sup>. O jornal foi selecionado por ser um dos principais jornais em veiculação na cidade, trazendo informações do contexto da época, demonstrando posicionamentos próprios e expressando opiniões populares. No último ano aqui analisado, 1976, o jornal completava 100 anos de existência.

De acordo com a historiadora Tânia Regina de Luca, jornais e revistas nem sempre foram consideradas como fonte direta de pesquisa, no entanto, em meados da década de 1970, o estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental, onde tornou-se objeto de pesquisa histórica (LUCA, 2008). A autora aponta a pertinência da imprensa no meio político e espectro da censura:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político (LUCA, 2008, p.129).

Dentro desta perspectiva, nos fica evidente que não há nada de inócuo ou neutro na produção e publicação de um periódico. “Pode-se admitir (...) que a imprensa periódica seleciona, ordena estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeru como digno de chegar até o público” (LUCA, 2008, p. 139); cabendo a nós, historiadoras e historiadores, fazer um trabalho quase que de detetive, a fim de entender o que nossas fontes nos dizem para além daquilo que se lê ou se vê. Desse modo, no jornal *A Província do Pará*, busquei notícias que tratavam sobre Belém e em palavras específicas que se faziam presente no título, como: “algazarra”, “marginais”, “mundanas”, “mulheres da vida”, “praças”, “meretriz”, “zona”, “meretrício”, “Condor”, “mulheres” e diversas outras que pudessem me levar às notícias sobre prostituição.

## Perspectivas Interseccionais: Gênero e Classe

A prostituição no Brasil, em grande parte dos períodos históricos, deve ser discutida a partir das perspectivas interseccionais de gênero, raça e classe, por se tratar de uma condição que envolve majoritariamente mulheres, em sua maioria pertencentes das classes populares,

---

<sup>3</sup>. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Arthur Vianna, na seção de periódicos.

<sup>4</sup>. Para saber mais consultar: <https://aprovinciadopara.com.br/>

muitas em situação de vulnerabilidade, em grande medida tendo a raça como marcador social (MENDONÇA, 2019, p.147). Nesse sentido, deve-se discutir essas intersecções visando compreender qual o lugar da mulher na historiografia e a atuação das mulheres prostitutas na Belém da década de 1970.

Nem sempre as mulheres foram consideradas sujeitos da história e, dessa forma, estiveram excluídas das narrativas historiográficas. O cenário começou a mudar nas décadas finais do século XX, onde percebeu-se uma preocupação da produção historiográfica em registrar a presença das mulheres na história enquanto ser social. Agora não mais estudadas somente pela vertente econômica tão valorizada pelo marxismo, que fora pioneiro em identificar as marcas da opressão masculina e capitalista a partir da análise da entrada das mulheres no mercado de trabalho, a nova produção historiográfica começava a dar um caráter social à história das mulheres (RAGO, 1995). Dessa forma, os estudos sobre mulher ganharam prestígio e possibilitaram novos espaços, em particular após a incorporação de gênero como categoria de análise histórica. A historiadora Maria Izilda de Matos ressalta:

Sem dúvida, a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens. Como nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os historiadores desse tema (MATOS, 1998, p. 68).

Joan Scott afirma que “gênero” tornou-se sinônimo de “mulheres” nas abordagens feitas por historiadores sobre o assunto (SCOTT, 1995). A autora conceitua “gênero” como uma categoria útil para a história e não apenas para a história das mulheres, pois pode proporcionar um riquíssimo campo de análise das desigualdades e das hierarquias sociais. Assim, o gênero enquanto categoria de análise para Scott, tem maiores possibilidades de transformar as narrativas tradicionais, atuando junto às noções de “classe” e “raça”. Para Cecilia Sardenberg (2015):

Esses elementos se intersectam e recortam uns aos outros, modificando, mutuamente, uns aos outros. Isso implica dizer que as respectivas categorias de gênero, raça, classe e outras categorias sociais similares não são categorias autônomas (...) nem tudo é “uma questão de gênero” e, assim, que no contexto da vida social, “gênero não é vivenciado separadamente (SARDENBERG, 2015, p. 59).

Nesse sentido, a interseccionalidade trata-se de uma epistemologia pensada para compreender como as estruturas atravessam diferentes corpos. Pensando a prostituição, deve-se explicitar que a realidade das mulheres brasileiras será diferente a depender da sua classe social, raça, região e da faixa etária. Conforme Kimberlé Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre eixos da subordinação enfocando especificamente na forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades (CRENSHAW, 2002, p. 171).

No Brasil, na década de 1970, mesmo em um momento de ditadura militar o país se contextualizava de acordo com as mudanças globais, o movimento feminista e as organizações de mulheres brasileiras garantiam a inserção no mercado de trabalho, as pílulas anticoncepcionais e a mudança nas relações entre homens e mulheres. De acordo com Amélia Teles, isso se deu a partir da aceleração do capitalismo, com a negação da reforma agrária gerando um intenso êxodo rural. As cidades passaram a sofrer um “inchaço populacional”, ter suas estruturas comprometidas e um significativo aumento populacional das periferias (TELES, 2015).

Nesse cenário da década de 1970, em Belém do Pará, de crescimento urbano, de êxodo rural e da ocupação de bairros periféricos, pelas notícias que eram veiculadas sobre prostituição no jornal *A Província do Pará* – das quais tratarei especificamente, mais adiante – é possível pensar, que muitas mulheres pobres, sem ocupação específica, acabaram por enveredar por essa forma de remuneração dissidente. Desse modo, essas mulheres aparecem no noticiário cotidiano da imprensa paraense a andar pelas ruas à noite, a ocupar bares, envolvidas em confusões e bebedeiras, a dançarem em gafeiras e, finalmente, a viverem em áreas consideradas de prostituição, passando a ter uma atividade marcada por estigmas, preconceitos e violências. De acordo com Taynara de Araújo (2020):

A prostituição é um sistema antigo e quase universal, organizado de maneira diferente e diversamente considerado, com status e hierarquias internas, dependendo da sociedade em que está inserido e principalmente do valor que o ser feminino tem nessa sociedade. Sendo a reprovação da sociedade à prostituição bastante diversa, depende do valor dado à virgindade e da importância atribuída à sexualidade. Não existe um só modelo de prostituição e por consequência não apenas o chamado “baixo meretrício”, mas também a prostituição voltada para as elites e uma prostituição mais vinculada ao sagrado (ARAÚJO, 2020, p. 48).

Nesse sentido, diante do contexto brasileiro no qual questionava-se os papéis de gênero, casamento, maternidade, sexualidade e a religiosidade, a prostituição passa a ser uma forma de obter remuneração. Porém, segundo Teles, essas movimentações foram sempre acompanhadas pela intensa repressão ditatorial. De acordo com a autora, “a ditadura andava de mãos dadas com a misoginia e com a censura” (TELES, 2015, p.1006). Havia uma necessidade de impor pautas morais aos jovens e às mulheres, no intuito de proteger a moral das famílias tradicionais e conservadoras. Os agentes do regime militar iniciavam uma intensa perseguição às mulheres “desviantes”.

Segundo Taynara de Araújo (2020), no contexto ditatorial houve forte repressão a grupo de pessoas consideradas com comportamentos desviantes como prostitutas, lésbicas, feministas, militantes de organizações de esquerda:

As prostitutas e as travestis, especificamente, sofriam forte repressão do sistema autoritário baseado numa moralidade cristã ambígua, que ao mesmo tempo em que entende esses corpos como necessários para a coesão social, para a permanência da virgindade da moça da elite e da união monogâmica burguesa, também pune severamente seus agentes. Muitas prostitutas sofreram torturas, estupros, algumas foram até mesmo mortas, outras foram impedidas de trabalhar sofrendo perseguição e prisões constantes (ARAÚJO, 2020, p. 37).

A zona do Meretrício em Belém do Pará tinha grande notoriedade, inúmeras mulheres obtinham sua fonte de renda e dependiam da prostituição para sobreviver. Um dos casos de maior repercussão aconteceu em abril do ano de 1970, num período de intensa repressão: o fechamento da zona do meretrício. Amélia Teles (2015) afirma que as mulheres que viviam nessa área da cidade envolvidas com prostituição foram vítimas de incontáveis “arbitrariedades por parte de policiais, militares e agentes públicos vinculados ao aparato repressivo. Muitas foram vítimas, inclusive, de sequestros, prisões, torturas e até assassinatos” (TELES, 2015, p.1007). Em sua revisão sobre as *violações dos direitos humanos e das mulheres na ditadura*, a autora segue afirmando sobre o acontecimento, a partir de um relato de uma liderança do movimento das profissionais do sexo que tem 53 anos de exercício da prostituição, que o fechamento da chamada “zona” ocorreu em 1971 (TELES, 2015, p.1007). É possível que a entrevistada possa ter se confundido quanto ao ano do acontecimento, tendo em vista que os jornais da cidade anunciavam no início 1970 este ocorrido, no qual por meio do próprio relato, é possível perceber que se trata do mesmo fato.

Vale ressaltar que praticamente a cada ano houve operações com o intuito de fechar a “zona”, tendo em vista que este era um espaço já conhecido, no qual muitas mulheres e homens acabavam por manter encontros nessa área da cidade. José do Espírito Santo Dias Júnior (2013) identificou as ruas de Belém em que se dava essa circulação de mulheres envolvidas com prostituição e uma vida boêmia em torno disso, e era frequentado por variados grupos de pessoas, e que foi alvo das ações de repressão do governo paraense no início dos anos de 1970:

Nas ruas Riachuelo, 1º de Março, Padre Prudêncio e General Gurjão, estendendo-se também às ruas próximas e adjacências, incluindo as ruas Carlos Gomes, Aristides Lobo, Rua da Bailique (atual Ferreira Cantão), Gaspar Viana, Manoel Barata, Ó de Almeida, Frutuoso Guimarães e Campus Salles (...) Paulatinamente (...) ações repressoras se estenderam também às ‘casas de tolerância’ dos subúrbios, principalmente, para o bairro boêmio da Condor. Atingindo também vários outros locais dispersos pelas periferias (DIAS JR., 2013, p. 183).

Diante do grande número de mulheres envolvidas com prostituição fica o questionamento, quem eram essas mulheres? Quais são narrativas que a imprensa construiu sobre elas? De fato, conforme veremos no próximo tópico tivemos acesso às suas histórias porque quase sempre essas mulheres se tornaram notícias do jornal *A Província do Pará* ao se envolverem em conflitos e em situações em que foram alvo ou autoras de violência na capital paraense.

### **Entre as páginas dos jornais: as “flores tóxicas da noite”**

Na década de 1970, os jornais eram um dos principais veículos de informação para a população brasileira. Diariamente, pessoas de diversas classes sociais liam notícias do mundo inteiro e de diversos segmentos nas páginas dos jornais, quando estas não eram censuradas pelo tipo de governo vigente no período – tendo em vista os prenúncios do AI-5 que controlavam e interferiam na liberdade de expressão de setores sociais, incluindo a imprensa. Em Belém, não foi diferente, o cotidiano da sociedade fora registrado pelos jornais vigentes na cidade, disseminando, direta ou indiretamente, as políticas repressivas e ações de controle do Estado. Nos voltaremos, no presente texto, às notícias em que esta política de controle se dá sobre as prostitutas atuantes da cidade de Belém.

O jornal *A Província do Pará*, aqui analisado, explicita em suas páginas o seu apoio às ações do Estado para com as prostitutas, por ambos considerarem as mesmas como pessoas que alteravam a ordem da moral e dos bons costumes, discurso emblemático do regime militar. Deste modo, é importante salientar a guerra declarada do governo contra as meretrizes e seus espaços de atuação. Neste sentido, Dias Júnior (2013) aponta:

A cobertura dos antecedentes das operações disciplinadoras de repressão aos cabarés, aparentemente sem nenhuma relação com os acontecimentos políticos nacionais, foi publicada com bastante frequência pela imprensa, os trazendo para a ordem do dia todo o debate a respeito do intento das autoridades locais em acabar com a zona do meretrício, este sendo ambiente no qual o Estado defendia ser uma má influência para a sociedade. A dedicação a este tema foi tamanha que os periódicos estamparam em suas páginas matinais um longo debate a respeito da prostituição no estado do Pará e da polêmica medida de fechamento da zona do meretrício do centro de Belém (DIAS JR, 2013, p. 182).

Nas páginas do *A Província* em janeiro de 1970, já se via os esforços do governo em controlar esses espaços de atuação das prostitutas, com um título bem chamativo: “Policimento vai ser mais rigoroso nas Gafieiras”<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>. *A Província do Pará*, 18-19 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 6.

Imagem 1 – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “Policimento Vai Ser Mais Rigoroso Nas Gafieiras”.

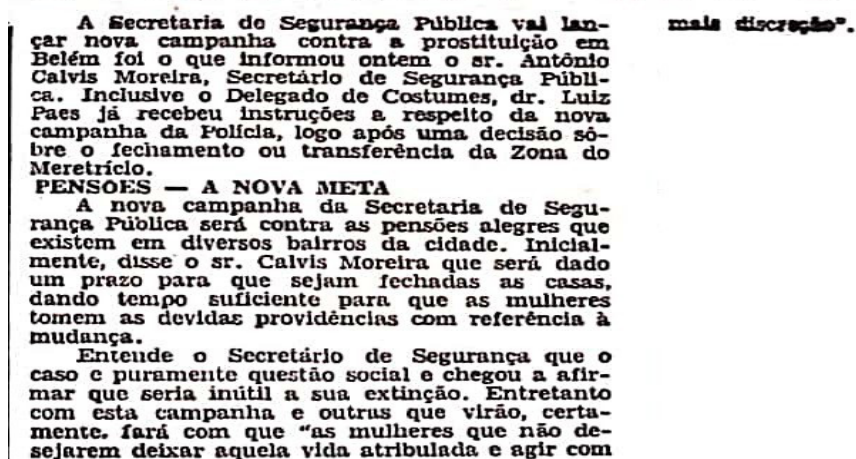


Fonte: Jornal *A Província do Pará*. Belém, 18 – 19 de janeiro de 1970, 1º caderno, p. 6.

Nesta notícia, fica visível a preocupação com a “desordem”, mesmo num período carnavalesco onde o país inteiro está em festa, a preocupação são as Gafieiras, um dos principais espaços de boemia e de atuação de meretrizes. É possível perceber uma trajetória de informações acerca do tema, no sentido único negativo que esses espaços e essas mulheres representam para a cidade. Começam com alertas, reforço de policiamento, planos de desocupação, controle, manutenção de ordem, prisões, entre várias outras ações de um mesmo sentido direcionado a este segmento social.

Em março do mesmo ano, vem a público o anúncio do fechamento da zona do meretrício no mês seguinte e a declaração direta de combate contra as prostitutas:

Imagem 2 – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. [Não Consta]



Fonte: Jornal *A Província do Pará*. Belém, 13 de março de 1970, 1º caderno, p. 6.

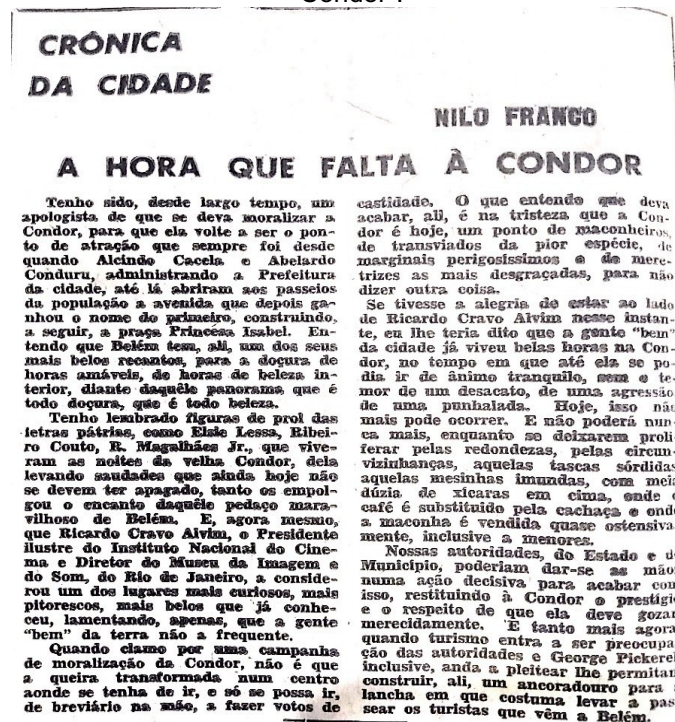
A notícia acima, é mais uma dentre tantas que explicitam que a moralidade foi um dos pilares do regime ditatorial. De acordo com Taynara Araújo (2020):



Não só a militância de esquerda tinha seus passos seguidos e reprimidos, mas todo um setor de pessoas que se encontravam à margem desses ideais da moral e dos bons costumes pregado pelos militares e pelo setor mais conservador da Igreja Católica. Um desses sujeitos criminalizados era a prostituta, entendida como degenerada, transgressora e subversiva, sendo reprimida de diversas formas por conta da sua sexualidade desviante do padrão de mulher “recatada e do lar” (ARAÚJO, 2020, p.33).

Vale ressaltar que a perseguição dos militares em relação às meretrizes se deu nacionalmente, em várias capitais e cidades do Brasil inteiro. Débora Antonieta Teodoro e Keila Carvalho (2019) discutem a história de mais uma zona do meretrício fechada, está em Diamantina-MG, que passou pelo desmonte em período bastante próximo ao de Belém: final da década de 1960, “quando as prostitutas foram retiradas do centro da cidade sob uma ação possivelmente atrelada às perspectivas higienista e moralizante da ditadura” (TEODORO; CARVALHO, 2019, p.74). Apesar da preocupação em desarticular as zonas de meretrício, o intuito principal do regime era, para além de questões políticas, preservar as famílias de cenas obscenas, tendo em vista os discursos moralizadores aqui já apontados. Nesse sentido, não só as zonas foram perseguidas, mas outras operações de “limpeza” de espaços onde atuavam as prostitutas foram executadas, muitas dessas com apelo e apoio popular, sobretudo com o incentivo do jornal *A Província do Pará*.

**Imagem 3** – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “A Hora que Falta à Condor”.



Fonte: Jornal *A Província do Pará*. Belém, 16 de outubro de 1970, 1º caderno, p. 4.

Acima, Nilo Franco, colunistas do jornal, escreve sobre os “transgressores” que passaram a frequentar a Condor, bairro periférico da cidade de Belém. Após o fechamento da zona que era encravada na área central da capital paraense, muito se concentrou atenção à Condor, que passou a ser um – se não o – dos principais locais de prostituição. É interessante nos atentar em como o jornalista se põe na posição de “gente do bem”, que fala de uma Condor saudosista, onde a frequência de “marginais perigosos” e “meretrizes desgraçadas” não existia. Nas páginas d’a *Província*, sobretudo no quadro “As Crônicas da Cidade” escritas por Nilo Franco durante o regime militar, tem-se muitos textos referentes a cidade de Belém de forma saudosa, de uma época, em que, por exemplo, meretrizes agiam de forma discreta, sem incomodar as famílias. Os textos muitas vezes eram publicados por pressão popular, ou tinham um tom de denúncia, pois pediam por uma intervenção da polícia ou do Estado sobre aquelas pessoas desordeiras, homens e mulheres, que feriam a moral e os bons costumes da sociedade belenense.

Nove meses após a operação que fechava a zona do meretrício, veio a público o anúncio da Operação Condor:

**Imagem 4** – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “Polícia Anuncia Que Vai Limpar Condor”.



**Fonte:** Jornal *A Província do Pará*. Belém, 12 de dezembro de 1970, 1º caderno, p. 1.

É interessante o uso da palavra “limpeza” para se referir ao controle da prostituição local e a venda de bebidas. O uso do termo escolhido pelo jornal não é inócuo. De fato, a ideia de “limpar a Condor” explícita como o periódico apoia as medidas executadas pelo Estado, compactuando com essas ações que certamente tinham dois sentidos: higienizar a cidade, e igualmente uma preocupação com a vida boêmia e suas consequências como prostituição, e as confusões decorrentes de bebedeiras, que aconteciam no bairro da Condor. Nesta pesquisa, percebe-se um padrão dessas notícias, a prostituição é sempre vista como um grande problema social que precisa ser combatido. A maioria das notícias estão situadas nas colunas policiais

desse jornal, juntamente às denúncias de assalto, assassinato, uso de drogas, sequestros, entre outras calamidades sociais. O que também chama atenção é perceber o quanto essas mulheres são encaradas pela sociedade como um todo, por contrariar valores e padrões de conduta exigidos na época. A não obediência de condutas moralizadoras por parte das ditas “mulheres da vida” faziam com que as mesmas fossem levadas à Delegacia de Costumes:

Ao xadrez da Delegacia da Cremação, oito mariposas foram recolhidas. Elas promoviam desordem no bairro da Condor, constituindo perigo. Como medida de precaução, foram enxadrezadas (*A Província do Pará*, 6 de abril de 1974, 2º caderno, p. não identificada).

Por vezes, as mulheres permaneciam presas, outras vezes eram soltas. Porém, por meio dos jornais têm suas vidas expostas pois são designadas com o nome completo, a idade e até mesmo os seus endereços. Como podemos observar na notícia que segue:

Maria da Glória Silva, de 21 anos e Benedita Alves, de 19 anos, residente da Passagem 21 de Abril, Condor, promoveram desordem na Praça Princesa Izabel, ontem e por isso foram recolhidas ao xadrez ao 4º DP onde passarão 24 horas (*A Província do Pará*, 16 de fevereiro de 1975, 2º caderno, p.11).

Chamo atenção novamente para as palavras escolhidas para fazer referências às prostitutas, ressaltando a questão de gênero sob a perspectiva da interseccionalidade de gênero e classe. É possível perceber, a partir das notícias que não sempre, mas com certa frequência, continham os endereços de moradia das mulheres. Além disso, pouco se vê a exposição dos homens que são clientes das mesmas. Os homens pouco têm sua identidade relevada, a não ser quando acontece algum acidente ou briga entre eles; dando a entender que as meretrizes são o fio condutor de imoralidades.

**Imagem 5** – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “Rapazes Apanharam de Duas Mundanas”.



**Fonte:** Jornal *A Província do Pará*. Belém, 26 de maio de 1970, 1º caderno, p. 6.

**Imagem 6** – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “Mulheres Faziam Bacanal no Cais com Tripulantes de Navio Alemão: Presas”.



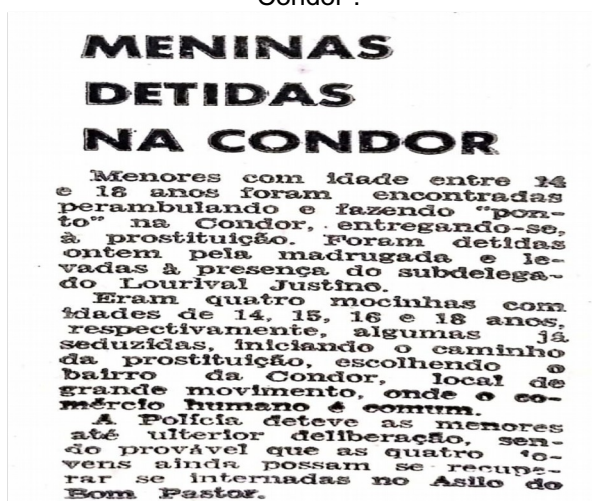
**Fonte:** Jornal *A Província do Pará*. Belém, 16 de julho de 1970, 1º caderno, p. 6.

Na medida em que analisamos as notícias, nota-se que as mulheres ainda que tivessem nomes são sempre qualificadas “mundanas”, “mariposas”, “desordeiras”, “arruaceiras” e “meretrizes desgraçadas”. Do mesmo modo, vemos que essas viviam em bairros periféricos ou mesmo eram moradoras da chamada “zona”. Isso nos traz a reflexão de quem eram essas mulheres que moravam na capital paraense e que buscavam sua sobrevivência?

Pelos jornais, é possível notar que essas não são prostitutas de luxo, as quais nunca aparecem nas páginas do jornal, e por isso não vemos ações de perseguição a essas mulheres pelo Estado. As mulheres atuantes nos bairros periféricos da Condor, da Pedreira, Cremação, são pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. Pelo que se pode perceber pelas notícias veiculadas no jornal *A Província do Pará*, o envolvimento na prostituição foi motivado por variadas questões. Muitas moças por necessidade de liberdade – seja ela financeira ou emocional; fuga de conflitos familiares; após abusos sexuais ou fuga da miséria. É frequente as notícias nas quais as prostitutas capturadas pela polícia ou denunciadas pela população, são crianças ou adolescentes menores de idade que passam por exploração sexual<sup>6</sup>. O próprio Estado se manifesta em algumas páginas da *Província do Pará* sobre a necessidade de cuidar da educação dessas crianças que, sem instrução, acabam “entregando-se à prostituição”. O jornal as descrevia como “mocinhas” de até mesmo 12 anos, que talvez, “ainda possam se recuperar se internadas no *Asilo do Bom Pastor*”. No entanto, soa como um discurso da “boca para fora”, quando estas são encontradas nas esquinas da vida, as tratam como doentes ou apenas “mais um problema qualquer” para o governo lidar.

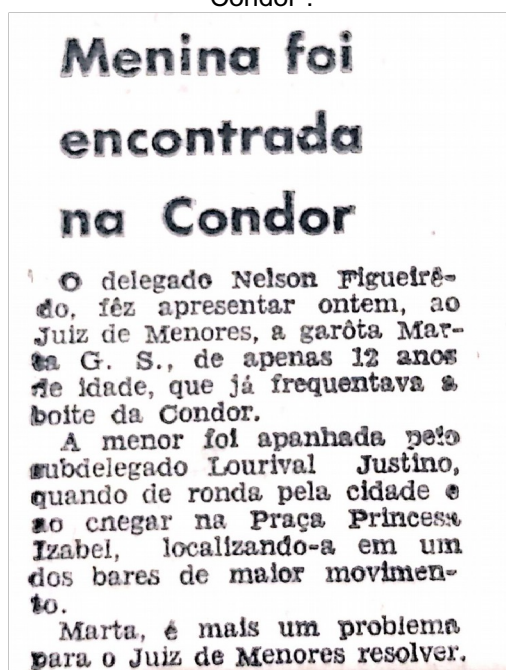
<sup>6</sup>. A preferência pela utilização do termo “exploração sexual” se dá por entender que o ato de prostituir-se advém de pessoas adultas, formadas psicologicamente, física e emocionalmente, as quais respondem por seus próprios atos – mas não esquecendo do mercado de exploração sexual de mulheres adultas. Crianças são pessoas em processo de formação emocional, psicológico e físico, que necessitam de adultos para que delas cuidem. Ou seja, crianças que estão na prostituição apenas são “prostitutas” porque há alguém que explora sua sexualidade, seja “agenciando” ou sendo “cliente”. Sobre isto, consultar: *Memórias marginais do Beco do Mota: mulheres e crianças no cenário da prostituição*. 2019, de Débora Antonieta Teodoro.

**Imagem 7** – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “Meninas Detidas na Condor”.



**Fonte:** Jornal *A Província do Pará*. Belém, 15 de julho de 1970, 1º caderno, p. 6.

**Imagem 8** – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “Menina Foi Encontrada na Condor”.



**Fonte:** Jornal *A Província do Pará*. Belém, 7 de outubro de 1970, 1º caderno, p. 6.

Uma grande parte das notícias aqui analisadas, tratam-se de meninas menores de idade, que foram exploradas sexualmente. Uma dessas notícias, que dá nome a este artigo, é composta de algumas entrevistas com crianças que estavam nessa situação. Nela podemos ter noção dos motivos, das causas e efeitos nesse processo de exploração:

**Imagem 9** – Reprodução da matéria do Jornal *A Província do Pará*. “As Pequenas Flores Tóxicas da Noite”.



**Fonte:** Jornal *A Província do Pará*. Belém, 30-31 de agosto de 1970, 4º caderno, p. 1.

“Mesmo as infantilidades próprias da idade ou o corpo raquítico que arrastam pela rua, não impedem a primeira e trágica impressão que todo mundo tem: algo anda errado com aquelas meninas. Mesmo a desinibição em grupo, correndo, gritando, brincando, não tem a expressão de plena infância. Não convence. Parece uma irrealdade, por mais que sejam meninas ainda, na idade e no físico. É que muitas, nestes grupos, mesmo depois de uma palavra ingênua, uma atitude infantil ou uma brincadeira tantas vezes repetidas por qualquer criança, deixam de repente aquela falsa máscara e vão fazer algo muito sério. Elas vão fazer sexo. O sexo profissional. Elas têm de 8 a 12 anos. Elas são prostitutas (...) Estas garotas pioneiras da prostituição infantil tem uma incumbência muito importante: arranjar dinheiro, no começo, pedindo, depois, ganhando. Ganhando é mais fácil, porque somente muito mais tarde é que vão compreender o sentido daquilo que fazem com tanto desembaraço” (*A Província do Pará*, 30-31 de agosto de 1970, 4º caderno, p. 1).

O pequeno trecho acima da notícia mencionada narra a triste história de menores exploradas e violentadas, desde tão novas, dentro de uma inocente infância, que aprendem a executar atos eróticos, seja por necessidade ou puro aliciamento. A notícia nos traz informações cruciais: na maioria das vezes essas meninas não começam direto pela prostituição. Para ajudar a família que constantemente passam por necessidades econômicas, elas tornam-se pedintes, perambulam pelas ruas do comércio e arredores pedindo comida ou dinheiro, nesse meio tempo não tem o retorno esperado, quando recebem uma proposta de alguém que as percebe em vulnerabilidade e se utilizam disso para explorá-las, aceitam prostituir-se. Assim, veem que o dinheiro que entra é maior e quem sabe até mais “fácil”, continuam nesta prática e influenciam outras meninas a fazerem o mesmo, convencendo-as que é muito mais vantajoso do que pedir esmolas.

G..., Hoje com 14 anos, confessa ter sentido raiva da colega que a levou e do homem que com ela praticou uma série de atos libidinosos pela primeira vez. O medo e a raiva desapareceram nas vezes seguintes, e ela passou a encarar com naturalidade os convites que lhe eram feitos. Hoje já profissional e frequentando normalmente locais noturnos, ela tem certo arrependimento e cultiva a esperança de casar com um rapaz que conheceu há pouco tempo. (...) a recompensa que recebem estas meninas varia de 5 a 20 cruzeiros, quantia muito maior que os trocados dos passantes, conseguidos com muitas dificuldades (*A Província do Pará*, 30-31 de agosto de 1970, 4º caderno, p. 1).

As menores, apesar de saberem *como* começaram, não sabem dizer *quando* começaram<sup>7</sup>. Com as práticas vem os vícios, cada vez maior a dependência dessa vida, tornando-se cada vez mais difícil de sair da mesma. Por entrarem tão novas, antes de tornarem-se maiores de idade, se sentem cansadas da vida rotineira: “de dia, o Cais, de noite, a Condor”<sup>8</sup>. E a eterna esperança da mudança de vida através de um casamento com algum de seus exploradores.

### Considerações finais

Este artigo surgiu com a proposta de evidenciar as narrativas de prostitutas perseguidas na década de 1970, respondendo, na medida do que foi possível por meio das fontes, o questionamento de quem eram essas mulheres tão mencionadas nas páginas do *A Província do Pará* com as designações mais desprezíveis possível. Para isso, analisei as notícias veiculadas diariamente no periódico, tendo em vista a relevância social que o mesmo tinha, utilizando a categoria de gênero definida por Joan Scott não como sinônimo de mulher, mas como uma categoria útil que proporciona análises das desigualdades e das hierarquias sociais, quando cruzadas com as noções de classe e raça. Desse modo, busquei não somente expor a perseguição, repressão e censura que mulheres envolvidas com prostituição na cidade de Belém do Pará sofreram, mas sim dizer que estas, para além de “apenas” mulheres, eram pessoas em vulnerabilidade social.

Fica evidente que o jornal de maior tempo de circulação no estado apoiava e compactuava com as práticas moralizadoras e repressivas que o regime ditatorial executava. Vale salientar o contexto sensível que aqui trabalhamos, um recorte onde o AI-5 já havia sido promulgado, o qual cerceava a liberdade de inúmeros setores sociais considerados subversivos. Diante disso, ao depararmos com as “mundanas” d’*A Província*, fica explícito que um dos setores perseguidos pela ditadura foi a prostituição. Contudo, não uma prostituição de qualquer classe social, mas a prostituição de mulheres pobres.

---

<sup>7</sup>. “As pequenas flores tóxicas da noite”, *A Província do Pará*, 30 e 31 de agosto de 1970, 4º caderno, p. 1.

<sup>8</sup>. “Pequenas Mulheres de Santa Maria de Belém”, *A Província do Pará*, 7 – 8 de março de 1971, 4º caderno, p.8.

Chego a essa conclusão quando percebo que boa parte das notícias nas quais prostitutas são mencionadas, contém seus endereços de moradia. A maioria desses endereços são bairros periféricos ou a chamada zona do meretrício. Às vezes contém, até o detalhe do tipo de moradia: quartos alugados, casas comunitárias, pensões e assim por diante. Outro detalhe de extrema importância são as notícias as quais contém relatos/entrevistas com crianças que são exploradas sexualmente. Em todas as entrevistas encontradas neste periódico com menores que adentraram no mundo da prostituição, existe o relato das mesmas evidenciando a vulnerabilidade emocional, psíquica e social sempre atrelada às econômicas. Como já exposto, a necessidade de arranjar dinheiro para ajudar suas famílias ou para sustentarem a si próprias após fugir de casa – seja por qualquer motivo – são fatores cruciais que as levam a venderem seus corpos a exploradores.

Outro aspecto importante de ser salientado e que nos cabe reflexão, é o fato dos homens, nessas narrativas do periódico sobre as meretrizes, só aparecerem quando são vítimas de algo seja de roubos, seja de acidentes, ou quando são motivos de brigas entre meretrizes. Em nenhum momento foi encontrada notícias nas quais os homens são responsabilizados pela imoralidade, tampouco pela exploração sexual de menores. A culpa é quase única e exclusivamente das moças, sejam adultas, adolescentes ou crianças – por falta de instruções, educação, famílias estruturadas. Assim, não foram “flores tóxicas da noite”, como as intitulou o articulista da *Província do Pará*. Foram meninas, adolescentes, jovens e mulheres adultas, que pelas injustiças sociais, pelas desigualdades, por sua pobreza, por sua falta de escolarização, enfrentaram os rígidos costumes da sociedade paraense dos anos de 1970 e lutaram pela sobrevivência. Na verdade, podemos compará-las sim, como flores, que nem sempre conseguiram desabrochar plenamente, que às vezes murcharam antes do tempo, mas que certamente não deixaram de lutar por sua felicidade e por seus sonhos.

### Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Taynara Mirelle do Nascimento de. **A repressão às trabalhadoras do sexo e a ação do movimento Ninho durante a ditadura no Ceará (1964-1985)**. Entropia, Rio de Janeiro, vol. 4. Nº 07. Janeiro/ Junho/ 2020. Pág. 37/72.

CORRÊA, Fabíola; CLAUDINO, Lorena; COSTA, Suanny. **História do Jornalismo no Brasil e no Pará, da Colônia à República Velha**. In: VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte. 6., 2007, Belém. Anais do VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte. Belém: UFPA, 2007.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, v.10, nº 1, 2002, p.171189.

DIAS, José do Espírito Santo Júnior. **Entre Cabarés e Gafieiras: Um estudo das representações boêmias em Belém – 1950-1980** – São Paulo: [S. n.], 2014. Orientadora: Yvone Dias Avelino. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



FEIJÓ, M. E. V., & PEREIRA, J. B. (2014). **Prostituição e preconceito: uma análise do projeto de lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana**. Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais, 2 (1), 39-57.

LUCA, Tania Regina de. **“História dos, nos e por meio dos periódicos”**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

MENDONÇA, Carolina Camarotto. Cruzamentos: **A prostituição e os feminismos negro e descolonial**. Espirales, edição especial, maio de 2019.

PETIT, Pere. **O golpe civil-militar, a ditadura e as disputas políticas no Estado do Pará: 1964-1985**. Revista de Estudios Brasileños (Centro de Estudios Brasileños – Universidad de Salamanca/Universidade de São Paulo), v.3, n.4, 2016.

PETIT, Pere. **O Golpe Militar-Civil e o Partido dos Militares (ARENA) no Estado do Pará**. Revista Historiæ, Rio Grande, v. 5 (2), 2014.

RAGO, Margareth. **As mulheres na Historiografia Brasileira**. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

SARDENBERG, Cecilia. **Caleidoscópios de Gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais**. Mediações – Revista de Ciências Sociais, v. 20, p. 56-96, 2015.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. V. 2, jul/dez. 1995.

SILVA, N. F. **Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas**. Mosaico (Rio de Janeiro), v. 7, p. 64-83, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA DITADURA**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 1001-1022, setembro-dezembro/2015.

TEODORO, D. A. S. B; CARVALHO, K. A. **Menino do Beco: memórias de uma infância vivida numa zona de meretrício em Diamantina – MG (1950-1968)**. HISTÓRIA ORAL, v. 2, p. 74-94, 2019.

TEODORO, Débora Antonieta Silva Barcellos. **Memórias marginais do Beco do Mota: mulheres e crianças no cenário da prostituição**. 2019. 152 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

Artigo recebido em 20/03/2021 e  
aprovado para publicação em 07/06/2021